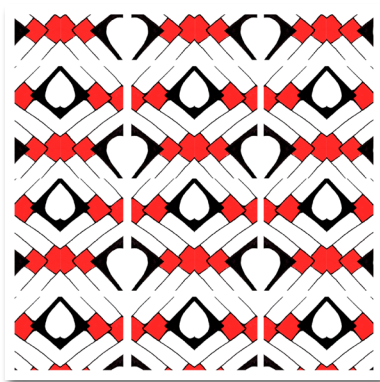


Percurso, experiência e trabalho intelectual em Virgínia Bicudo

BÁRBARA LUISA PIRES

RESUMO: Este artigo recupera e contextualiza o percurso e a obra de Virgínia Bicudo (1910-2003) para destacar sua contribuição ao pensamento social brasileiro e à institucionalização das Ciências Sociais e da Psicanálise no Brasil. Pergunta-se como a experiência racial, de classe e gênero pode ser operada na análise da trajetória, obra ou escolhas temáticas da autora, considerando o apagamento e o silêncio que pesou sobre a memória intelectual de mulheres negras.

PALAVRAS-CHAVE: Virgínia Bicudo. Sociologia. Psicanálise. Gênero. Raça.



Trajectory, experience and intellectual work in Virgínia Bicudo

ABSTRACT: This article recovers and contextualizes the career and work of Virgínia Leone Bicudo (1910-2003) with the aim of highlighting her contribution to Brazilian social thought and participation in the institutionalization of the Social Sciences and Psychoanalysis in Brazil. Questioning the silencing of the intellectual memory of black women, it asks how racial, class and gender experience can be used to analyze her trajectory, her work or her thematic choices.

KEYWORDS: Virgínia Bicudo. Sociology. Psychoanalysis. Gender. Race.

BÁRBARA LUISA PIRES

Doutoranda em Sociologia na Unicamp. Email: barbaraluisa.pires@gmail.com

DATA DE ENVIO: 17/10/2023

DATA DE APROVAÇÃO: 17/11/2024

1 Introdução

A área de Pensamento Social no Brasil assiste, atualmente, uma importante ampliação de temas de pesquisa, entre eles, a renovação de autoras e autores que compõe o escopo da disciplina. Tal atualização decorre, sobretudo, pelas questões interseccionais postas pelo debate contemporâneo, sobretudo em relação às visões consolidadas sobre o cânone de intérpretes e interpretações do Brasil. Com esse mesmo direcionamento, Verônica Toste Daflon e Bila Sorj (2021, p. 10), se perguntam sobre “como seria uma sociologia clássica produzida por mulheres e sobre mulheres?”. A provocação feita pelas autoras, parte da ideia de que é possível e necessário “recuperar os elos e as genealogias de pensamento de mulheres e de feminismos” nas diversas áreas do conhecimento e em diferentes geografias, expandindo o saber sobre a produção intelectual de mulheres que por muito tempo foram esquecidas, invisibilizadas e/ou colocadas à margem da teoria social.

Inserido nesse debate, o presente artigo recupera e contextualiza a trajetória e a obra da intelectual negra Virgínia Leone Bicudo (1910-2003), com o objetivo de destacar a sua contribuição para o pensamento social brasileiro e participação na institucionalização das Ciências Sociais e da Psicanálise no Brasil. Para tanto, Patrícia Hill Collins (2019) nos ajuda a refletir sobre as posições marginais que foram ocupadas por mulheres negras em ambientes acadêmicos e as barreiras simbólicas que enfrentaram para constituir suas trajetórias, marcadas pelas diferenças de poder racial, de gênero, econômico e cultural. Sugerindo que essas intelectuais sejam apreendidas por meio de suas ideias e ações, Collins propõe explorar os usos criativos que as mulheres fizeram de sua própria condição de marginalidade.

Bicudo foi normalista, educadora sanitária, visitadora psiquiátrica, socióloga, professora universitária, psicanalista, divulgadora científica e protagonista de diversas iniciativas atreladas ao processo de institucionalização das Ciências Sociais e da Psicanálise no Brasil. Conforme Jorge Abrão (2010), ela pode ser considerada uma expressiva representante de seu tempo, por ter se engajado em projetos pessoais e profissionais que estiveram em consonância com as transformações ocorridas na cidade de São Paulo em meados do século XX.

Segundo Marcos Chor Maio (2010a, p. 26), sua circulação pela geografia urbana e por espaços sociais distintos, da operária Vila Economizadora ao prestigioso bairro do Jardim Paulista, espelha o processo de mobilidade social e ascensão social de mulheres de classe média mediante o acesso à educação e ao mundo das profissões de maior reconhecimento social. Porém, inserida em um cenário intelectual majoritariamente masculino e branco, ela buscou tanto na Sociologia, quanto na Psicanálise, formas de enfrentamento ao sofrimento gerado, sobretudo, pelo preconceito racial.

“Dona Virgínia”, como era chamada por aqueles que a conheceram, fez parte da primeira turma de mestres formados pela ELSP e defendeu, no ano de 1945, a primeira tese de mestrado sobre relações raciais em uma instituição acadêmica brasileira. Contudo, *Estudo de atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (2010 [1945]), ficou guardada por 65 anos no acervo da biblioteca da ELSP e foi encontrada “úmida e mofada” pelos primeiros pesquisadores responsáveis pelo resgate de sua obra (Gomes, 2013, p. 23). O trabalho veio a público, em formato de livro, somente no centenário de seu nascimento, em uma edição organizada por Marcos Chor Maio (2010a).

Nos anos 1950, ela também participou do ciclo de pesquisas sobre relações raciais no Brasil, encomendadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A despeito de sua contribuição original para a produção de um conjunto de dados e análises sobre a discriminação racial, sua pesquisa foi tratada como um mero “protocolo de pesquisa”, bem como os de Aniela Ginsberg (1902-1986) e Oracy Nogueira (1917-1996). Ademais, a partir de 1959, seu texto foi suprimido das reedições do livro *Relações Raciais de Brancos e Negros em São Paulo* (1955), organizado por Roger Bastide e Florestan Fernandes.

Com o passar do tempo, seu trabalho como cientista social foi ficando ofuscado e pouco conhecido. Diante disso, nota-se que as credenciais desta socióloga e psicanalista não foram suficientes para que ela fosse lida, citada e reconhecida como o foram seus pares contemporâneos que também se dedicaram ao estudo das relações sociais racializadas. Assim, coloca-se em questão investigar as razões do tempo de espera para que suas ideias se

tornassem conhecidas, do apagamento de seu nome da história disciplinar e do porquê “para várias gerações de cientistas sociais, historiadores, intelectuais negros e militantes da questão racial ela foi uma ilustre desconhecida” (Silva, 2011, p. 436).

Cada um dos tópicos deste artigo, esboça e contextualiza o percurso de Bicudo em suas áreas de atuação e tempos específicos, acompanhados por análises das principais ideias, pesquisas, e projetos realizados pela autora. Desse modo, ao longo do texto, a contextualização da trajetória biográfica e da obra de Virgínia Bicudo permitirá realçar os modos como sujeito e objeto da pesquisa social podem se embaralhar no próprio processo de feitura do trabalho intelectual.

2 Formação escolar e o preconceito racial

Filha de uma imigrante pobre de origem italiana e de pai negro, Virgínia Leone Bicudo nasceu na cidade de São Paulo, em 21 de novembro de 1910.¹ Nas entrevistas que concedeu ao longo da vida, revelou que foi alvo de preconceito na infância pelo fato de ser negra. Quando se defrontava com as manifestações sutis, mas violentas, da discriminação racial, fechava-se em casa e se sentia insegura ao sair na rua. Foi no ambiente escolar que, pela primeira vez, foi vítima de racismo:

Eu fui criada fechada em casa, quando sai foi para ir à escola e quando pela primeira vez, na escola, a criança começou ‘negrinha, negrinha’. Quando estava dentro de casa eu nunca tinha ouvido. Então levei um susto [...] Eu me fechava em casa, voltava para dentro [...] (Meyer, 2004, p. 17-18 apud Maio, 2010b, p. 316).

Bicudo iniciou sua formação escolar na Escola Normal do Brás, localizada em bairro próximo à Vila Economizadora, onde nasceu e viveu até os 16 anos de idade. Após concluir os estudos, no ano

1 Para um estudo detalhado da trajetória biográfica de Virgínia Bicudo e sua família ver: (Maio, 2010a e 2010b; Terperman; Knopf, 2011; Moretzsohn, 2013; Gomes, 2013).

de 1921, por influência do pai, que acreditava que o acesso formal à educação escolar era um meio indispensável de ascensão social, transferiu-se para a famosa Escola Normal Caetano de Campos. Esse grupo escolar permitia às estudantes seguir “direto para fazer carreira de professora”, um dos poucos caminhos disponíveis para as jovens que queriam adquirir formação e para as que precisavam viver do próprio trabalho (Maio, 2010b, p. 337).

Em outra entrevista, a autora mencionou que na Caetano de Campos ela poderia ter “as mesmas oportunidades de estudo que as moças de uma classe social mais elevada tinham, com as quais veio a trabalhar depois” (Haudenschild, 2015, p. 222). Marcada pela experiência da discriminação baseada na cor de sua pele, como mecanismo de burlar a rejeição racial sofrida na escola, afirmou que sempre procurou ser uma aluna aplicada:

[...] para não ser rejeitada, tirava nota boa na escola. Desde muito cedo, desenvolvi aptidões para evitar a rejeição. Você precisa tirar nota boa, ter bom comportamento e boa aplicação, para evitar ser prejudicada e dominada pela expectativa da rejeição, diziam meus pais. *Por que essa expectativa? Por causa da cor da pele. Só pode ter sido por isso. Eu não tive na minha experiência outro motivo.* Meu pai era preto, minha mãe era italiana, branca (Mautner, 2000, p. 6, grifos meus).

Em suas memórias, Bicudo se refere ao “preconceito de cor”, mas não só. Ela também associa a rejeição sofrida por ela e pela família a causas socioeconômicas. Enxergava-se “não apenas como herdeira dessa cultura familiar de aplicação e trabalho, mas também como alguém treinada para esquivar-se do preconceito” (Mautner, 2000, p. 6). No ano de 1930, formou-se normalista, juntando-se ao grande contingente de mulheres que faziam carreira no ensino público como professoras primárias. Em seguida, começou a trabalhar como “professora substituta permanente” nos grupos escolares Carandiru e Consolação, porque “precisava ganhar dinheiro” (Maio, 2010b, p. 340). No ano de 1931, matriculou-se no Curso de Educadoras Sanitárias do Instituto de Higiene de São Paulo.

3 Educadora sanitária e visitadora psiquiátrica: “Moça direita não anda em rua Direita!”

No contexto em que Bicudo ingressou no Curso de Educadoras Sanitárias, o país vivenciava uma série de mudanças nos campos da educação e saúde pública. A adoção de uma política higienista, de modelo europeu, surgiu como uma possibilidade de superação dos problemas de saúde e habitação herdados do passado colonial brasileiro (escravista e rural) e adentrar na modernidade urbana industrial. A partir do estreitamento das relações entre educação e saber médico, começavam “a tomar força os projetos de saneamento que, escapando do terreno estrito da medicina, propunham medidas diretas de intervenção na realidade social” (Schwarcz, 1993, p. 226).

O curso de Educação Sanitária tinha sido criado em 1925 e era ministrado no Centro de Saúde Modelo do Instituto de Higiene de São Paulo - embrião da atual Faculdade de Saúde Pública da USP. Embora não se destinasse exclusivamente a mulheres, os dados apontam que a presença feminina era marcante. Entre 1925 e 1930, por exemplo, aproximadamente 83% dos alunos matriculados eram mulheres e 17% homens (Rocha, 2005, p. 75). As novas agentes de saúde pública, cujo recrutamento era feito majoritariamente entre professoras primárias, atuavam nos centros de saúde, elaborando cartazes de propaganda preventiva e realizando visitas domiciliares para orientar mães e pais sobre práticas desejáveis de higiene infantil e do lar.²

Além dos lares, as educadoras sanitárias também “percorriam escolas, cortiços e fábricas divulgando entre a população carente noções e conceitos de higiene” (Faria, 2006, p.187). Quebrando barreiras de gênero, essa nova prática profissional permitiu que as moças caminhassem por toda a São Paulo, que entrassem em contato com diferentes classes sociais e ocupassem espaços da cidade que antes não lhes eram permitidos frequentar. Lygia Alcântara do Amaral (1911-2003), psicanalista e amiga de Bicudo, contou que na mesma época, quando também atuava

2 Segundo Lina Faria (2006, p. 187), as professoras primárias foram vistas como importantes aliadas na obra de divulgação de noções de higiene. Inicialmente, foram escolhidas em função da falta de enfermeiras formadas. As professoras atuaram como visitadoras sanitárias nos serviços de saúde estaduais até serem substituídas, gradativamente, por profissionais com formação em saúde pública.

como educadora sanitária, foi surpreendida pelo questionamento do noivo: “Moça direita não anda em rua Direita!”, indicando um preconceito moral ao tipo de trabalho praticado pelas educadoras (Haudenschild, 2015, p.219).

No início do século XX, a rua Direita, localizada próxima ao Viaduto do Chá e a Praça do Patriarca, estabeleceu-se como uma rua comercial do centro, abrigando lojas prestigiosas de vestuário e artigos finos importados, como o *Mappin* e a *Casa Kosmos*. Ao mesmo tempo, foi um importante “território negro” da cidade de São Paulo, um lugar próprio de sociabilidade, convivência comunitária e divertimento de mulheres e homens negros. Em contrapartida, sob a alegação de “atrapalhar” o movimento das lojas e “intimidar seus frequentadores”, os corpos e rostos negros que frequentavam a rua Direita eram considerados “indesejáveis” (Ribeiro, 2016, p.109-110). A rua direita não era considerada, conseqüentemente, lugar de “moça direita”. No começo da carreira, Bicudo atuou, portanto, em um cenário complexo e conflituoso, numa área profissional que pretendia “ordenar” costumes, práticas de higiene, mas também raça e classe social, afinal, “a questão da higiene aparece associada à pobreza e a uma população mestiça e negra” (Schwarcz, 1993, p.230).

Em 1932, após concluir o curso de educadora sanitária e realizar estágio no primeiro semestre do ano seguinte, Bicudo foi contratada pela diretoria do Serviço de Saúde Escolar do Departamento de Educação do Estado de São Paulo para dar aulas em educandários da cidade, cargo que manteve até 1938, quando se tornou visitadora psiquiátrica no Serviço de Higiene Mental Escolar (SHME). O SHME foi criado e coordenado pelo médico Durval Marcondes (1899-1981), um dos articuladores do movimento psicanalítico de São Paulo e professor de Psicanálise e Higiene Mental da ELSP. Data desse período o início da parceria intelectual e duradoura estabelecida entre ele e Virgínia, no trabalho comum com a higiene mental e a Psicanálise, na atuação conjunta na área da saúde pública e no meio intelectual paulista.³

3 Sobre esse período, ressalta-se que o artigo “Papel do lar na higiene mental da criança: influências das condições de organização da família e dos distúrbios das relações intrafamiliares”, escrito por Bicudo, foi publicado no livro *Noções gerais de higiene mental da criança* (1946), de Durval Marcondes.

O SHME funcionava por intermédio de clínicas de orientação infantil junto aos alunos reconhecidos pelas escolas como detentores de alguma dificuldade cognitiva ou comportamental, a então chamada “criança-problema” (Abrão, 2009, p. 427). O órgão era composto por uma equipe multidisciplinar de profissionais, entre os quais, médicos clínicos, psicologistas e visitadoras. As visitadoras psiquiátricas eram consideradas a “parte móvel da clínica”, pois iam até os locais de inserção das crianças, colher suas histórias de vida e, numa segunda etapa, “proporcionar aos pais e professores as orientações convenientes em cada caso particular” (Santos, 2018, p. 1204).

Nessa época, conforme Jorge Abrão (2009, p. 425), a criança passou a ser entendida como um ser em desenvolvimento, diferenciado do adulto, de forma que sua singularidade precisaria ser considerada durante a elaboração de atividades pedagógicas, bem como clínicas. Ao refletir criticamente sobre a questão, Bicudo entendia que as crianças, alvo de preconceito, eram transformadas em “crianças estigmatizadas como perversas” (Bicudo, 1942, p. 23 apud Maio, 2010b, p. 320).

O envolvimento de Bicudo com a saúde mental da criança será de suma importância tanto para a sua formação como socióloga, quanto para o desenvolvimento de seus posteriores interesses de pesquisa. A atuação profissional na juventude permitiu a ela desenvolver uma percepção sobre o modo como as frustrações e os conflitos emocionais eram vivenciados pelas crianças, “principalmente quando os conflitos envolviam a condição de não aceitação social da diversidade das etnias” (Santos, 2018, p. 1215). Ao atuar no órgão por mais de uma década, a autora ganhou particular projeção entre os profissionais do SHME e chegou ocupar a posição de chefia, orientando as jovens egressas do Curso de Educadora Sanitária e da Escola Normal.

Dessa forma, a primeira etapa da trajetória profissional de Bicudo, ao mesmo tempo que ilumina alguns dos principais aspectos das mudanças ocorridas nas áreas da educação e da saúde pública no Brasil durante as décadas de 1930 e 1940, oferece subsídios para um mapeamento da inserção de mulheres em campos profissionais emergentes (professoras normalistas, educadoras sanitárias, visitadoras psiquiátricas, psicologistas, enfermeiras).

Contudo, se a opção pela educação sanitária representou a abertura de um novo campo de atuação no mundo do trabalho, proporcionando a essas jovens independência financeira, tal mudança não se consubstanciou no afastamento das atividades ligadas à socialização das crianças e do cuidado, tarefas historicamente relacionadas às funções maternas desenvolvidas no ambiente doméstico. Nessa perspectiva, tornar-se educadora sanitária representou a inserção feminina em um espaço profissional que foi se constituindo em continuidade ao magistério, ou seja, em carreiras supostamente adequadas com a condição de gênero dessas profissionais.

Uma outra leitura também permite apreender que, num momento em que a pesquisa de campo pelas grandes cidades ainda era incipiente, enquanto exercia as atividades de educadora sanitária e visitadora psiquiátrica, Bicudo pôde adentrar o cotidiano escolar e, ao mesmo tempo, transcendê-lo. Envolvida com as questões da educação, da socialização infantil, da família, do ajustamento da personalidade e da rejeição, ela entrou em contato com diferentes realidades sociais, relatadas por atores com origens sociais, raciais, étnicas, familiares e de gênero distintas. À vista disso, é justamente do cenário urbano, do contato estabelecido com os sujeitos na cidade, sobretudo com aqueles marginalizados social, racial e economicamente, em interações públicas e privadas, que a autora irá se valer para estudar as relações raciais, transitando sempre entre dois domínios – o universo “oficial” da esfera pública e a vida privada das famílias de seus entrevistados.

4 Socióloga: a Sociologia como escudo de proteção

No ano de 1933, devido à morte de seu pai, Bicudo teve que assumir a responsabilidade pelo sustento da família. A situação limite da perda acrescida de uma inquietação permanente, que a acompanhou ao longo de sua vida, fê-la buscar um novo direcionamento, como ela mesma relatou, anos mais tarde, em depoimento ao Projeto Memória, coordenado pela Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP):

eu tinha sofrimento, tinha dor, e queria saber o que causava tanto sofrimento. Eu colocava que eram condições exteriores. Então pensei que, estudando Sociologia, iria me esclarecer.... (Teperman; Knopf, 2011, p. 67).

Desta forma, com base em sua própria experiência, a autora elencou o sofrimento como a principal motivação para ingressar no curso de Ciências Sociais. Ela almejava tanto compreender melhor o fenômeno do preconceito racial, que entendia ser originado de fatores socioculturais, quanto criar mecanismos de defesa para proteger-se dele:

Eu tinha conflitos muito grandes comigo mesma, mas achava que a causa era social. Desde criança eu sentia o preconceito de cor. Queria o curso de Sociologia porque se o problema era esse preconceito, *eu deveria estudar Sociologia para me proteger do preconceito*, que é formado ao nível sociocultural (Bicudo, 1994, p. 6, grifo meu).

Na tentativa de descobrir as causas e meios de lidar com a sua dor, no ano de 1936, contando com a experiência de sanitarista e ainda atuando na área, ela se matriculou no curso de graduação em Ciências Políticas e Sociais da então Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), uma vez que considerava o curso da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP) elitista:

Ah, porque lá eram os grã-finos e eu não era grã-fina. Pensa que eu era boba? [risos] Eu sabia escolher. Eu vi lá, tudo era filho de papai, Almeida Prado e eu não. A Escola de Sociologia é gente operária, é lá que eu vou. É isso. Sabe, a gente tinha esse *feeling* [...] Lá não era o meu lugar (Maio, 2010b, p. 344).

Criada por uma elite empresarial e intelectual, que tinha em mente desenvolver um projeto de caráter empírico, técnico e aplicado⁴, na interpretação de Bicudo, a ELSP, diferente das seções de humanidades da USP, acolhia alunos “mais trabalhadores”. Dessa

4 Sobre a criação da ELSP ver: Limongi (1989); Peixoto (2001) e Kantor; Maciel; Simões (2009).

maneira, ao ingressar na ELSP “ela procurou mais do que o direito de estar, procurou conforto social e integração” (Mautner, 2000, p.6). Como ela trabalhava durante o dia, o fato de a ELSP oferecer o curso noturno, que não existia na FFCL-USP, também pode ter sido um fator determinante.

No ano de 1938, em uma turma de 8 alunos, ela foi a única mulher a obter o grau de bacharel em Ciências Políticas e Sociais. Após a titulação, em 1940, Virgínia Bicudo começou a atuar, junto de Durval Marcondes, como Professora Assistente da Cadeira de Higiene Mental e Psicanálise da ELSP, tornando-se Professora Titular, em 1949. Ela compôs o corpo docente da instituição até o final da década de 1960. Em suas aulas de Higiene Mental, abordava questões ligadas à organização da família e ao papel da escola e das professoras no desenvolvimento infantil. Além da parte teórica, o curso também compreendia aulas práticas e um estágio supervisionado na Clínica de Orientação Infantil. Já no curso de Psicanálise, o programa era voltado para o estudo e discussão de obras psicanalíticas de interesse mais direto para as Ciências Sociais.⁵

Dois anos após o início de sua atividade como docente, em 1942, ela ingressou na recém-criada Divisão de Estudos Pós-Graduados, coordenada pelo sociólogo norte-americano Donald Pierson (1900-1995), e formou, juntamente com Gioconda Mussolini (1913-1969) e Oracy Nogueira, a primeira turma de mestrado da ELSP. Sob a orientação de Pierson, propôs um projeto preliminar intitulado “Estudo da Consciência de Raça entre Pretos e Mulatos de São Paulo”, o que já indicava o seu interesse pelo tema racial (Maio, 2010a, p. 32). A primeira versão do projeto compreendia também uma comparação com o caso baiano, referente a pesquisa realizada por seu orientador na cidade de Salvador entre 1935 e 1937. Na intersecção da Sociologia com a Psicologia Social, ela se interessou pelos “estudos de atitudes”, ou seja, pela análise das predisposições psicossociais de um grupo racial em relação ao

5 Ementa dos cursos de Higiene Mental e Psicanálise, ministrados por Virgínia Bicudo e Durval Marcondes. Disponível nos Anuários da ELSP (1945). Consultados pela autora no CEDOC/FESPSP em: 21 out. 2021.

outro. Houve uma mudança de título, mas não de tema, porque a ideia de consciência racial não é totalmente abandonada em seu trabalho.⁶

No ano de 1945, ela defendeu na ELSP sua dissertação, com o título final de “Estudo de Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo”. Dois anos depois, o texto foi publicado na revista *Sociologia*. Nessa versão mais enxuta, composta por apenas 24 páginas, a autora apresenta o resumo dos principais argumentos da tese, mas corta grande parte dos depoimentos apresentados na versão original.⁷

Em sua pesquisa original, desenvolvida entre os anos de 1941 e 1944, Bicudo investigou as atitudes raciais de pretos e mulatos por meio de entrevistas realizadas com 31 homens e mulheres agrupados segundo a “cor” (“pretos e mulatos”) e classe social (“inferiores e intermediárias”). O estudo também inclui a análise de uma “associação dos homens de cor” (Frente Negra Brasileira) e as opiniões veiculadas no jornal mensário mantido pela associação (A voz da raça)⁸. As entrevistas foram feitas com pais de alunos de escolas públicas situadas em quatro bairros populares da cidade de São Paulo (Bela Vista, Santana, Barra Funda e Mooca) e um de classe média (Vila Mariana). Dos 31 casos apresentados em sua dissertação, 11 foram encontrados na Clínica de Orientação Infantil da SHME, onde ela trabalhava. Com exceção de um caso, todos os demais pertenciam à “classe social inferior”. Ao passo que os entrevistados da “classe intermediária” foram procurados por meio de apresentações (Bicudo, 2010, p. 65-66).

6 Para uma análise detalhada do contexto intelectual de produção da dissertação, dos diálogos e das influências teóricas do trabalho de Bicudo, sobretudo com Pierson e com a Escola de Chicago, ver o prefácio escrito por Elide Rugai Bastos, publicado no livro organizado por Marcos Chor Maio (2010a).

7 Mesmo após a publicação da dissertação na revista *Sociologia*, foram encontradas poucas menções ao trabalho feita por seus contemporâneos. Em um artigo de 1949, Emilio Willems cita o estudo de Virginia indicando que “embora o número de pessoas entrevistadas tenha sido pequeno, os resultados deste estudo parecem dignos de menção” (WILLEMS, 1949, p. 404).

8 Em sua dissertação a autora nomeia a organização e o seu impresso, respectivamente, como “Associação de Negros Brasileiros” e “Os descendentes de Palmares”. Em nota de rodapé ela explica que “por razões óbvias, o nome da Associação e o título do mensário são fictícios” (BICUDO, 2010, p. 124).

Ao iniciar o trabalho de campo, se orientou pela concepção teórica de que “as atitudes sociais expressam o aspecto subjetivo da cultura e conduzem ao conhecimento das condições sociais que concorreram para sua formação” (Bicudo, 2010, p. 63). Portanto, o estudo das atitudes sociais no que concerne à raça seria o caminho mais adequado para a “investigação dos processos de mudança social” (Bicudo, 2010, p. 64). Os trechos condensam elementos teóricos norteadores do texto e, ao correlacionar atitude e mudança social, ela “suscita, sem afirmar explicitamente, a possibilidade de que, com a análise das construções sociais das atitudes individuais, seja possível pensar numa mudança social mais ampla” (Silva, 2011, p. 438).

Com esse universo conceitual e metodológico, Bicudo opta por pensar os casos analisados “no registro da socialização do cotidiano das relações raciais”: os ambientes familiares e escolares; os espaços de sociabilidade; os constrangimentos; as estratégias afetivas e matrimoniais; os sentimentos de beleza, afeto, de igualdade ou inferioridade; os bons e os maus modos (Silva, 2011, p. 437). Então, pela primeira vez em um trabalho acadêmico, “negros surgem não como objetos, mas como sujeitos com opinião” (Gomes, 2013, p. 95). Assim, os sujeitos de sua tese se aproximam mais daquilo que Guerreiro Ramos (1957, p. 171) categorizou como “negro-vida”, ou seja, um indivíduo que assume seu destino “como ser dinâmico, multiforme, a quem não se pode dar uma versão definitiva”.

Depois de concluir o mestrado, Virgínia Bicudo continuou lecionando na ELSP e exercendo suas atividades de visitadora psiquiátrica e psicanalista. O fato de a questão racial ser tão predominante em seu trabalho sociológico sugere que, além do interesse intelectual despertado pelo tema nos cientistas sociais de sua geração e da influência de seu orientador, outro ponto seria determinante para a escolha de seu objeto de pesquisa: “a sua experiência pessoal com o preconceito de cor” (Teperman; Knopf, 2011, p. 69). Diante disso, a experiência do racismo vivenciada por ela desde a infância tornou-se motor para ampliar a reflexão de nível individual ao nível coletivo. A pesquisa de mestrado ganhou um novo desdobramento durante a participação da socióloga na pesquisa Unesco-Anhemi.

5 Mulheres e crianças no projeto Unesco-Anhembi

Entre 1951 e 1952, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), financiou uma série de pesquisas sobre relações raciais no Brasil. De acordo com Marcos Chor Maio (1999, p. 141), o objetivo deste programa de estudos era apresentar ao mundo “os detalhes de uma experiência no campo das interações raciais julgada, na época, singular e bem-sucedida, tanto interna quanto externamente”. Em contexto de acelerado processo de modernização, o ciclo de pesquisas, que se convencionou chamar Projeto Unesco, ofereceu uma oportunidade singular para o desenvolvimento das Ciências Sociais no país.

Em parceria com o projeto, a revista *Anhembi* (1950-1963), idealizada por Paulo Duarte (1889-1984), representou um espaço de debate importante que sintetizava “o espírito e o clima intelectual” paulista daquele momento (Bastos, 2007, p. 255). Era uma revista de publicação mensal, que contava com a colaboração de brasileiros e estrangeiros e trazia a público discussões sobre temas cadentes do ponto de vista político, social e cultural. No início dos anos 1950, com o objetivo de realizar um inquérito sobre o negro no Brasil, Paulo Duarte fez contato com Roger Bastide para organizá-lo, o qual, por sua vez, propôs uma parceria com Florestan Fernandes. A pesquisa Unesco já estava em andamento, assim, teve início o intercâmbio com Alfred Métraux (1902-1963) para a realização conjunta do trabalho:

O trabalho, considerado em conjunto, aborda três grandes temas: o debate sobre as bases escravocratas das relações sociais no Brasil; a mudança social e a questão da cor como obstáculo à mobilidade; o preconceito de cor — suas manifestações, seus efeitos e a luta para superá-lo. Colaboraram, como responsáveis pelos textos — além dos já citados Roger Bastide e Florestan Fernandes — Virginia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Oracy Nogueira (Bastos, 2007, p. 257).

O nome de Bicudo foi sugerido por Otto Klineberg (1899-1992), professor de Psicologia Social da Universidade de Columbia, que atuou como professor da USP entre 1945 e 1947. Foi assim que a socióloga passou a integrar o projeto, produzindo um texto para compor o relatório do inquérito.

Ainda que Virgínia Bicudo tenha sido a única mulher negra a compor a equipe paulista de pesquisadores vinculados ao projeto Unesco (a antropóloga Josildeth Gomes Consorte integrava a equipe coordenada por Thales de Azevedo na Bahia) o material arquivístico sugere a participação ativa de outras mulheres negras nas primeiras etapas de elaboração do projeto.

Como “homenagem à mulher de cor”, a “Segunda mesa redonda sobre o preconceito racial no Brasil”, realizada no Salão Nobre da FFCL-USP, no dia 5 de junho de 1951, foi presidida pela atriz Ruth de Souza (1921-2019), integrante do Teatro Experimental do Negro (TEN). Nessa mesma mesa, Bicudo toma a palavra e propõe a realização de um encontro excepcional com a participação prioritária de mulheres: “Gostaria de convidar o elemento feminino para uma reunião, para que pudéssemos juntas trabalhar. Peço sugestão, em primeiro lugar, de dia e hora que sejam mais convenientes para os elementos femininos”. A partir disso, Roger Bastide sugere a criação da “Comissão das senhoras de cor” para discutir os “problemas específicos da mulher negra” (2ª Mesa Redonda. Mimeo, 1951, p.84-88).⁹

Inicialmente, a “Comissão das senhoras de cor” foi composta, entre outros nomes, por Sofia de Campos Teixeira, professora e colaboradora de diversos periódicos da imprensa negra (Novo Horizonte e Mundo Novo), e Maria Aparecida Camargo (1924-?), primeira mulher negra a se tornar diretora de uma escola pública estadual em São Paulo (Campos, 2014, p. 339). Além delas e da própria Virgínia Bicudo, também participaram da comissão a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918-2018), na época recém-formada e assistente da Cadeira de Sociologia I, e outras estudantes integrantes da “comunidade branca” (2ª Mesa Redonda. Mimeo, 1951, p. 84). O encontro da comissão ocorria quinzenalmente no gabinete da Cadeira de Sociologia I e tinha como objetivo “examinar os característicos do preconceito de cor relativamente à mulher e à criança” (Bastide; Florestan, 1959, p. XIV).

9 Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4531 (Observação em Massa - Situação Grupal) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFScar), p. 64-119.

Os encontros funcionavam como uma espécie de entrevista coletiva em que as mulheres narravam suas experiências, sobretudo aquelas relacionadas ao preconceito racial, mas também de classe e gênero. Nota-se, portanto, que havia uma compreensão da diferença de gênero na estruturação das desigualdades, com atenção especial para o modo como determinadas questões impactavam a vida pessoal, profissional e afetiva de mulheres negras. Contudo, os apontamentos e as falas das participantes da comissão não foram aproveitados na composição final do relatório Unesco-Anhembi.¹⁰

Os resultados da pesquisa foram publicados em três fases: na primeira, como artigos seriados na revista *Anhembi* (1953-1955); na segunda, como relatório intitulado *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo* (1955), publicado como livro pela editora Anhembi; e por último, como “estudo autônomo” de Roger Bastide e Florestan Fernandes, com título – invertido – *Brancos e negros em São Paulo* (1959). Na publicação de 1955, ao lado da interpretação de Roger Bastide e Florestan Fernandes, os trabalhos de Virgínia Bicudo, Aniela Ginsberg e Oracy Nogueira, foram apresentados como alguns “documentos, ou se quiserem, protocolos de pesquisa” que serviram de base da investigação (Bastide; Fernandes, 1955, p. 227). Assim figuram os trabalhos de Virgínia e Aniela sobre as atitudes de escolares do primeiro grau em relação à cor de seus colegas, e o de Oracy Nogueira, realizado na cidade de Itapetininga. Não obstante, a partir da edição de 1959, os textos desses três autores foram suprimidos.

Da perspectiva da hierarquização dos textos que compõe a primeira versão do inquérito Unesco-Anhembi, Segura-Ramirez (2006, p.256), já havia chamado atenção para o fato dos trabalhos das duas mulheres do projeto, com pesquisas bem realizadas do ponto de vista conceitual e metodológico, terem sido publicados como “documentos” ou “protocolos de pesquisa”. Segundo Luiz Augusto Campos (2015, p.624), Florestan Fernandes e Roger Bastide

10 Apenas uma ata das reuniões pôde ser consultada: Reunião das Senhoras de Cor, realizada na FFCL da USP. Mimeo, 14 ago. 1951. Documento disponível no arquivo PDF 02.04.4534 (Reunião com Mulheres) do Fundo Florestan Fernandes (BCo/UFSCar), p. 1-13.

já planejavam uma pesquisa sobre a questão racial em São Paulo a ser financiada pela própria USP, quando Métraux convidou o segundo para coordenar o projeto da Unesco. Com um financiamento maior e uma demanda de ampliação da rede de pesquisadores participantes, mesmo a contragosto, os estudos de Virgínia, Aniela e Oracy tiveram que ser incluídos na primeira versão de 1955.

No prefácio da segunda edição (1959), Bastide e Fernandes apresentam as contribuições de Bicudo, Ginsberg e Nogueira como qualitativamente distintas. Para Fernandes, enquanto ele e Bastide planejavam formular uma interpretação ampla das relações raciais em São Paulo, “as monografias excluídas da segunda edição pretendiam contribuir com evidências empíricas mais localizadas”. Essa interpretação demarca, portanto, uma divisão do trabalho existente no grupo, na qual caberia a Bicudo, Ginsberg e Nogueira a mera complementação empírica de uma tese maior sobre o tema, a ser formulada por Fernandes e Bastide (Campos, 2015, p. 624). Os autores dão a entender que o trio foi excluído porque seus trabalhos representavam um esforço apenas parcial de compreensão do fenômeno. Contudo, a justificativa é limitada, já que os capítulos continham sínteses importantes sobre o tema. Além disso, ao menos Bicudo e Oracy já haviam publicado textos importantes sobre a existência de preconceito racial no Brasil, antes mesmo das teses de Florestan e Bastide.

Apontando outra perspectiva, Marcos Chor Maio (2010a, p.49), argumenta que a publicação desses estudos como “apêndices” representa o retrato do momento de crise pela qual passava a ELSP, especialmente, a partir da saída de Donald Pierson. Por conta disso, os estudos de Virgínia e Oracy, em particular, seriam a expressão do embate travado entre a USP e a ELSP, duas instituições consideradas “rivais”, identificadas com tradições sociológicas distintas.

Por último, é válido refletir sobre o lugar ocupado pela Psicologia Social naquele contexto. No discurso que se faz do projeto a contribuição da disciplina é quase inexistente ou é tratada como algo menor. Bastide e Fernandes (1955, p.13) apresentam Aniela e Virgínia como “psicólogas” e seus estudos como “trabalhos de psicométrica de aplicação de testes projetivos”.

Todavia, o artigo de Bicudo não se restringia a isso, *Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor de seus colegas* (1955), problematiza a condição das crianças – meninas e meninos, brancos, negros e imigrantes, que dividiam o espaço escolar, apontando que estereótipos, preconceitos, discriminação e desigualdades eram premissas do universo infantil. De qualquer forma, diferente de Oracy, Bicudo não teria manifestado qualquer reação pública sobre a exclusão de seu trabalho. Depois de sua participação no inquérito Unesco-Anhembí, ela deixou de refletir sobre a temática racial em textos acadêmicos.

6 Psicanalista: a sociedade contra as psicanalistas

O envolvimento de Virgínia Bicudo com o ciclo de pesquisas da Unesco ocorreu concomitantemente às suas atividades como docente do curso de Higiene Mental da ELSP, visitadora psiquiátrica na Clínica de Orientação Infantil e psicanalista na SBPSP. Fica evidente que o diálogo entre a Sociologia e a Psicanálise sempre esteve presente em seu horizonte acadêmico e profissional. Se no início de sua carreira ela encontrou na disciplina sociológica uma defesa científica e uma via para compreender o aspecto social do preconceito, paralelamente, ela buscou na formação psicanalítica um instrumento para abordar as questões relacionadas ao íntimo e psíquico: “para conciliar a pessoa de dentro com a de fora” (Mautner, 2000, p.6). Com o propósito de recuperar o imbricamento dessas duas áreas nas trilhas intelectuais percorridas pela autora é necessário fazer um recuo no tempo e retomar marcos decisivos de sua trajetória que até agora não haviam sido explorados.

No ano de 1937, quando cursava o segundo ano do bacharelado na ELSP, Bicudo se matriculou na disciplina de Psicologia Social, ministrada por Noemy Rudolfer (1902-1980). Nessa disciplina, teve contato com a teoria psicanalítica de Freud. O impacto da descoberta e o desejo de especializar-se na área a levou a procurar por Durval Marcondes que, de imediato, a alertou sobre os riscos de fazer carreira num campo profissional novo e cercado por tensões: “a senhora não sabe onde vai entrar! Sabe que *vai ter toda a sociedade contra a senhora?* Sabe que há um preconceito

contra a sexualidade e a senhora vai estudar isso?” (Abrão, 2010, p.61. Grifo meu). Estudar e falar sobre sexualidade no início do Estado Novo (1937-1945) era uma ousadia e um tabu, ainda mais para uma mulher. Mas isso não a impediu.

O momento também era propício. Segundo Jorge Abrão (2010), a Psicanálise foi introduzida no Brasil como um sistema teórico mobilizado por diferentes áreas do conhecimento: se por um lado, a psiquiatria da década de 1920 apropriou-se da Psicanálise como um instrumento capaz de evitar o surgimento de transtornos mentais, subsidiando uma prática que se aproximava da eugenia, por outro, sua implantação em São Paulo esteve envolta em um processo de modernização social, esboçando uma forte relação com a vida cultural da cidade, particularmente com o movimento modernista. Nessa época, as mulheres, em busca de espaços de trabalho e conhecimento “encontraram na Psicanálise esse espaço profissional e científico que não encontrariam em nenhum lugar” (Haudenschild, 2015, p. 232).

No ano de 1927, Durval Marcondes havia tomado a iniciativa de fundar a Sociedade Brasileira de Psicanálise - a primeira instituição psicanalítica criada na América Latina. Depois de quase dez anos atuando de forma persistente e solitária para institucionalizar a disciplina no país e alcançar o reconhecimento da *International Psychoanalytical Association* (IPA), ele obteve sucesso quando, em 1936, a psicanalista alemã Adelheid Koch (1896-1980) chegou ao Brasil fugida do nazismo. Portadora de reconhecimento internacional, ela tinha as credenciais necessárias para exercer as funções de analista didata e assim vir a formar novos psicanalistas.

Os primeiros analisandos de Adelheid Koch foram o próprio Durval Marcondes, Darcy de Mendonça Uchôa (1907-2003), Flávio Dias (1899-1994) e Virgínia Bicudo. Com exceção dela, os três candidatos eram médicos, o que lhes conferia um *status* maior. Porém, essa não era a única diferença entre eles, ela também era a única mulher do grupo e possuía uma condição econômica muito menos favorável, tanto que o pagamento das sessões durante o primeiro ano consumiu quase todo o salário que ganhava como educadora sanitária (Braga, 2016, p. 6). Tendo que custear as despesas pessoais e auxiliar sua família, começou

a trabalhar com dois pacientes: “um jovem sem recursos econômicos e um filho de fazendeiro, com boa situação econômica” (Haudenschild, 2015, p. 223).

O encontro entre Adelheid e Virgínia ocorreu efetivamente em 1937. Além de ter sido a primeira pessoa a se deitar no divã da Dra. Koch, Bicudo também imprimiu uma marca distintiva ao Grupo Psicanalítico de São Paulo (que se tornará a SBPSP), qual seja, a de “aceitar candidatos não-médicos, com formação universitária em áreas conexas à medicina” (Sagawa, 1994, p. 18). Entre o final dos anos 1940 e o início dos anos 1950, os psicanalistas formados pela Dra. Koch foram finalmente reconhecidos e filiados à IPA. Durante a constituição da diretoria, Virgínia Bicudo foi escolhida como tesoureira, a primeira de todas as funções exercidas por ela na vida societária (Teperman; Knopf, 2011, p. 71).

No entanto, é importante destacar que o processo de viabilização institucional da SBPSP foi marcado por episódios de enfrentamento entre psicanalistas e médicos, envolvidos em disputas sobre a legitimidade da prática psicanalítica. Na tentativa de superar as barreiras conservadoras impostas pelos meios acadêmico e psiquiátrico tradicionais, o núcleo paulista passou a militar em novas frentes de divulgação científica, nas quais Bicudo teve uma participação notável.

De acordo com Sagawa (2014), o período da implantação institucional da Psicanálise no Brasil foi acompanhado de uma série de empreendimentos com o intuito de divulgar o conhecimento psicanalítico, sobretudo nos meios de comunicação de massa. Não se tratava apenas de tornar a Psicanálise acessível aos leigos, mas de afirmar a credibilidade científica de uma área ainda em formação em meio à campanha contrária feita por importantes figuras do meio médico paulista.

Sob esse horizonte, Bicudo esteve à frente de iniciativas importantes voltadas à difusão da psicanálise no país. Interessado em promover a divulgação de princípios de higiene mental, José Nabantino Ramos (1908-1979), considerado um dos modernizadores da imprensa brasileira, a convidou para assumir um programa de rádio sobre o tema. *Nosso mundo mental* foi o nome de batismo do programa criado por ela e transmitido pela Rádio

Excelsior, no ano de 1950. A iniciativa de Virgínia e o interesse de Ramos, aliado às suas possibilidades como diretor do jornal *Folha de S. Paulo*, escancararam as portas da divulgação psicanalítica ao grande público.

O programa era levado ao ar semanalmente e apresentado no formato de radionovela por meio da dramatização de textos de sua autoria. Os atores encenavam situações cotidianas de tensão familiar que depois eram interpretadas e analisadas por ela. O principal objetivo era promover orientações aos pais e professores sobre a educação das crianças. Mas, de certa forma, *Nosso mundo mental* funcionava como uma espécie de manual de conduta e boas práticas nas esferas educacional e social, mas também familiar e sexual. A transmissão contava com a participação dos ouvintes e quem mais lhe mandava cartas eram os homens, “pedindo que ela explicasse certas situações domésticas” (Gomes, 2013, p. 63).

Nosso mundo mental foi um grande sucesso. Com o título homônimo, em 1951, foi criada uma seção fixa no jornal *Folha da Manhã*, publicada até 1954. No ano de 1956, os textos foram reunidos em livro. Apesar de não ter ganho nenhuma reimpressão posterior, na época de seu lançamento, o livro foi esgotado rapidamente. Com uma linguagem acessível que enfatizava a importância da infância para a sociedade, *Nosso mundo mental* condensa os estudos de personalidade que ela havia realizado em diferentes instituições, resultado das múltiplas e interdisciplinares experiências acadêmicas e profissionais da autora.

Nessa época, Bicudo viveu uma importante fase de sua carreira, obtendo reconhecimento público dentro e fora do meio psicanalítico. Ao mesmo tempo, fez com que ela se tornasse alvo de elogios e críticas. Nesse contexto, a tensão e os embates com o meio médico recrudesciam, multiplicando-se as expressões de hostilidade àquelas que exerciam a profissão sem formação médica. O conflito atingiu o seu ápice durante o I Congresso Latino-Americano de Saúde Mental, realizado em São Paulo, em julho de 1954.

Uma das mesas-redondas do Congresso era dedicada aos trabalhos realizados no interior do SHME. Além de Virgínia Bicudo, também participavam da mesa Lygia Alcântara do Amaral e Judith Andreucci (1913-2001). Em um momento em que ainda

era raro encontrar mulheres na faculdade de medicina, é bastante ilustrativo o fato de nenhuma das três possuírem formação médica e atuarem como psicologistas.¹¹ Durante o evento, elas foram agredidas verbalmente por um grupo de psiquiatras da USP opositores da psicanálise. Ameaçadas de prisão por serem psicanalistas leigas, elas foram acusadas de exercício ilegal da medicina e charlatanismo. Bicudo descreveu o acontecimento ao Projeto Memória da SBPSP:

[...] era a hora da Higiene Mental apresentar. Eu estava sentada e todos os médicos de pé, todos gritando: “Absurdo! Psicanalistas não médicos!” Foi horrível! Olha que eu quase me suicidei por isso. Você ouvir outras pessoas dizendo: você é charlatã! Ah! Você não fica de pé! Você vai pra casa e quer morrer (Braga, 2016, p.11).

Mas, cada uma das participantes, reagiu ao seu modo. Se para Bicudo, o episódio foi de uma violência inominável, para Lygia, o fato não chegou a causar grandes problemas. Na percepção de Maria Helena Teperman e Sonia Knopf (2011), é sintomática a diferença como as duas relataram a mesma experiência. Com personalidades e origens sociais distintas, enquanto para Bicudo a vida era uma batalha e ela sentia a necessidade de se impor e de se fazer respeitar, Lygia, que era uma mulher branca proveniente de uma tradicional família mineira, parecia ver o mundo de maneira mais plácida, provavelmente por ter mais respaldo social.

Ademais, segundo a bibliografia e documentação disponível, Bicudo foi a única que recebeu ataques pessoais. O médico legista e diretor do Conselho de Medicina de São Paulo Flaminio Faveiro (1895-1982), já havia travado uma campanha de desmoralização direcionada a ela, chegando a distribuir panfletos no centro da cidade com os seguintes dizeres: “Se eres neurótico e queres se tornar psicótico, procura a doutora Virgínia Bicudo. Se trate com a doutora Virgínia” (Gomes, 2013, p. 60).

11 Nessa ocasião, a profissão de psicólogo ainda não era reconhecida no país, o que ocorreu apenas em 1962. Em 1954, a Assembleia Legislativa chegou a discutir se as visitadoras psiquiátricas seriam reconhecidas como psicologistas (Gomes, 2013, p.53).

Segundo Jorge Abrão (2010), as acusações de charlatanismo provocaram nela um agravamento do sentimento de exclusão. A reação violenta dirigida à Bicudo pode ser explicada por diferentes fatores. Oficialmente, ela foi alvo de uma campanha destinada aos psicanalistas leigos, ou seja, que não eram formados em medicina. Porém, o fato de ser uma mulher negra também pode ter sido decisivo quando se considera a sua circulação por um campo profissional predominantemente masculino e branco. De qualquer forma, o episódio marcou um ciclo de sua trajetória profissional, mas não o seu fim. Depois dos eventos de 1954, ela pediu afastamento de seu trabalho e partiu para Londres em busca de aperfeiçoamento profissional, onde residiu de 1955 a 1959.

Bicudo retornou ao país em 1960. Devido a sua experiência na Sociedade Britânica, foi convidada para assumir a direção do Instituto de Psicanálise da SBPSP, cargo que exerceu entre 1962 e 1975. Ela também participou de importantes iniciativas editoriais, como a criação do *Jornal de Psicanálise*, em 1966, e o relançamento da *Revista Brasileira de Psicanálise*, em 1967, que se tornou o veículo oficial da SBPSP. Dando continuidade aos seus esforços para institucionalizar a Psicanálise no Brasil, no começo da década de 1970, fundou o Grupo Psicanalítico de Brasília e, posteriormente, o Instituto de Psicanálise de Brasília, formando a primeira geração de analistas brasileiros.

Depois dessa fase, no início dos anos 1990, a autora retornou definitivamente para São Paulo, dedicando-se exclusivamente a atendimentos clínicos e supervisões. Nos últimos anos de vida, ela residiu e exerceu sua atividade clínica no apartamento que havia morado na década de 1960, localizado na Avenida Nove de Julho, no bairro do Jardim Paulista. Sobre esse último período da trajetória profissional de Bicudo, Jorge Abrão (2010, p. 220) afirma que o prestígio e reconhecimento que ela obteve, “sinaliza para o ápice do processo de elaboração e superação de suas angústias mais primitivas [refere-se ao preconceito racial vivenciado por ela durante a infância]”.

Após a morte de Bicudo, em 2003, uma parte de seus pertences foi doada para a Divisão de História da SBPSP. Quando da doação do acervo, os pesquisadores encontraram em sua residência uma

escrivaninha disposta do mesmo jeito que a autora havia deixado antes de falecer. Numa pilha de livros que estava sobre a mesa, um exemplar em especial chamou atenção, tratava-se de *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* (2010 [1955]). Janáina Gomes (2013, p. 137), questiona os motivos da obra ter ganho um estatuto preferencial no seu espaço de trabalho, uma vez que, após sua participação no projeto Unesco, ela não publicou mais sobre o tema. Diante disso, pode-se questionar o que aquele livro ainda representava para ela.

Para Tânia Campos Almeida (2011, p. 421), o processo de branqueamento da autora foi notório, “seus traços afrodescendentes foram minimizados desde as mudanças socioeconômicas do pai, passando pela sua instrução e ocupação, até sua aparência”. Na mesma direção, Janáina Gomes (2013, p. 153), afirma que o fato de Bicudo ter enriquecido e ter se tornado uma psicanalista célebre e requisitada teve um preço: “tal como suas personagens ela precisou se afastar de seu grupo para completar seu processo de ascensão social”. Provavelmente, Bicudo teve que recorrer a estratégias de acomodação frente à discriminação, afinal, expor-se como uma mulher negra ou tratar diretamente dessa questão “colocaria a perder o árduo trabalho que já se mostrava à margem das referências intelectuais da época” (Almeida, 2011, p.424). Por fim, Ana Paula Braga (2016), assinala que a ausência da tematização racial no interior da própria Psicanálise pode ter sido um fator determinante para que ela não refletisse mais sobre a questão racial em seus estudos psicanalíticos.

No entanto, foi junto com a velhice que a questão da negritude reapareceu. No final da vida, ela passou a usar turbantes e falar do cabelo como um marcador da identidade negra: “ela não teve uma morte branca, ela morreu como uma mulher negra” (Gomes, 2013, p.153).

7 Considerações Finais

Conforme buscou-se apresentar neste artigo, ao se aproximar da Psicanálise, Bicudo inaugurou uma nova etapa em sua vida profissional. Porém, demonstrando ser avessa à rigidez das

fronteiras disciplinares, enquanto psicanalista, não deixou de enfatizar a correlação entre os processos sociais e psíquicos. Em um de seus últimos textos, publicado originalmente em 1972, chega à conclusão de que a sociedade é “parte integrante da personalidade”, sendo a personalidade “largamente determinada por fatores sociais” (Bicudo, 2019, p. 152).

Ao refletir sobre a incidência dos condicionantes sociais no trabalho analítico, sobretudo no que se refere a relação entre paciente e analista, indica que é por meio da análise que o paciente “leva para o trabalho analítico a realidade social, dentro da qual se moldou e em função da qual vive” (Bicudo, 2019, p. 156). Por outro lado, discutindo a posição do analista e os limites da neutralidade, tensiona até que ponto o psicanalista deve desprender-se de sua realidade social: “que aspectos de sua realidade estão presentes em seu trabalho?”, quais desses aspectos seriam “incontornáveis”? (Bicudo, 2019, p.158).

Tendo isso em vista, cabe perguntar o quanto de reflexividade possui o próprio trabalho de Bicudo? De que modo a experiência racial, de classe e gênero pode ser operada na análise de sua trajetória, de sua obra ou de suas escolhas temáticas?

Ainda que não se possa oferecer uma resposta definitiva a essas questões, é importante destacar que a análise da trajetória de Bicudo ilumina parte dos mecanismos de apagamento e os efeitos do silenciamento que pesaram sobre trajetórias de intelectuais negras na constituição de cânones disciplinares, bem como nos estudos sobre as histórias da Psicanálise e da Sociologia. Mesmo possuindo um diploma superior e sendo protagonistas de diversas iniciativas institucionais, tanto nas Ciências Sociais, quanto na Psicanálise, os marcadores raciais, de classe e de gênero operaram para que ela tivesse mais dificuldade em ser reconhecida, o mesmo ocorreu com a sua obra.

A trajetória individual de Bicudo condensa, ainda, diferentes experiências coletivas e complexas de sua geração: a profissionalização feminina - primeiro pelo magistério, depois, como educadora sanitária e visitadora psiquiátrica -, o ingresso das mulheres no ensino superior, a ascensão social de famílias negras e mestiças pela via da escolarização. Virgínia Bicudo quebrou barreiras

raciais, sociais e de gênero e foi por meio do trabalho intelectual, ao menos em suas entrelinhas, que ela encontrou uma via para elaborar suas experiências de sofrimento e quebrar o silêncio que pesava sobre a situação social de homens e mulheres negras no Brasil de meados do século XX.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Jorge L. **Virgínia Bicudo: a trajetória de uma psicanalista brasileira**. São Paulo: Arteciência, 2010.

ABRÃO, Jorge L. As origens da psicanálise de crianças no Brasil: entre a educação e a medicina. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 3, p. 423-432, 2009.

ALMEIDA, Tânia M. C. Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo. **Cadernos Pagu**, n. 36, p. 417-425, 2016.

BASTOS, Elide Rugai. Unesco/Anhembi: um debate sobre a situação do negro no Brasil. In: PEREIRA, Cláudio; SANSONE, Lívio (Org.). **Projeto Unesco no Brasil: textos críticos**. Salvador: Edufba, 2007. p. 251-269.

BICUDO, Virgínia Leone. Atitudes dos alunos dos grupos escolares em relação com a cor dos seus colegas. In: BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan (Org.). **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Editora Anhembi/Unesco, 1955. p. 227-310.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

BICUDO, Virginia Leone. Incidência da realidade social no trabalho analítico. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 52, n. 97, p. 151-174, 2019.

BICUDO, Virgínia Leone. Já fui chamada de charlatã (Depoimento a Cláudio João Tognolli). **Folha de São Paulo**, 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/05/mais!/12.html>. Acesso em: 08 mai. 2022.

BICUDO, Virgínia Leone. **Nosso Mundo Mental**. Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1956.

BRAGA, Ana Paula. Pelas trilhas de Virginia Bicudo: psicanálise e relações raciais em São Paulo. **Revista Lacuna: uma revista de psicanálise**, São Paulo, n. 2, p.1-21, 2016. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2016/12/06/n2-01/>. Acesso em: 08 mai. 2022.

CAMPOS, Antonia Junqueira Malta. **Interfaces entre sociologia e processo social: A integração do negro na sociedade de classes**

e a pesquisa Unesco em São Paulo. 384 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CAMPOS, Luiz Augusto. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: a história de uma edição. **Estudos Políticos**, Niterói, v. 6, n. 2, p. 620-627, 2016.

COLLINS, Patricia H. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

DAFLON, Verônica T; SORJ, Bila. **Clássicas do Pensamento Social:** mulheres e feminismos no século XIX. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

FARIA, Lina. Educadoras sanitárias e enfermeiras de saúde pública: identidades profissionais em construção. **Cadernos Pagu** (24), p. 173-212, 2006.

GOMES, Janaína Damaceno. **Os segredos de Virgínia: estudo das atitudes raciais em São Paulo (1945-1955).** 166 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. Patologia social do 'branco' brasileiro". In: GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1957, pp. 171-193.

HAUDENSCHILD, Teresa Rocha Leite. **Modernismo, mulher e psicanálise: Adelheid Koch, Virgínia Bicudo, Lygia Amaral e Judith Andreucci: pioneiras da psicanálise em São Paulo.** Ide, São Paulo, v. 38, n. 60, p. 215-235, 2015.

KANTOR, Iris.; MACIEL, Débora. SIMÕES, Julio. **A Escola Livre de Sociologia e Política anos de formação 1933-1953: depoimentos.** São Paulo: Sociologia e Política, 2009.

LIMONGI, Fernando. A Escola Livre de Sociologia e Política. In: MICELI, Sergio (Org.). **História das ciências sociais no Brasil, volume 1.** São Paulo: Vértice/Idesp/Finep, [s.d.]. v. 1. 1989, pp.217-233.

MAIO, Marcos Chor. Educação sanitária, estudos de atitudes raciais e psicanálise na trajetória de Virgínia Leone Bicudo. **Cadernos Pagu**, n. 35, p. 309-355, 2010b.

MAIO, Marcos Chor. Introdução: a contribuição de Virgínia Leone Bicudo aos estudos sobre as relações raciais no Brasil. In: BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo.** São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010a.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 41, p. 141-158, out. 1999.

MAUTNER, Ana Verônica. Fui buscar defesas para o íntimo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, p. 6, 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200018.htm>. Acesso em: 08 mai. 2022.

MORETZSOHN, Maria Ângela. Uma história brasileira. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 46, n. 85, p. 209-229, jun. 2013.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras (1930-1960). In: MICELI, Sergio. **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, pp.477-531.

RAMOS, Guerreiro. Patologia social do branco brasileiro. In: **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957, p.171-193.

RIBEIRO, Fábيا Barbosa. Vivências negras na cidade de São Paulo: entre territórios de exclusão e sociabilidade. **Projeto História**, n. 57, p. 108-138, 2016.

ROCHA, Helóisa Helena Pimenta. A educação sanitária como profissão feminina. **Cadernos Pagu** (24), p. 69-104, 2005.

SAGAWA, Roberto. História da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo. In: NOSEK, Leopold et al. **Álbum de família: Imagens, Fontes e Ideias da Psicanálise em São Paulo**: São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994, pp. 15-28.

SANTOS, Elisângela. O legado de Virgínia Leone Bicudo para a sociologia da infância no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 170, p. 1194-1217, 2018.

SCHWARCZ, Lilia M. **Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SEGURA-RAMÍREZ, Hector F. **Tiro no pé: biopolítica, relações racializadas, academia e poder no Brasil 1823-1955/1997-2006**. 352 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA, Mário Augusto M. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 2 p. 435-445, 2011.

TEPERMAN, Maria; KNOFF, Sonia. Virgínia Bicudo: uma história da psicanálise brasileira. **Jornal de Psicanálise**, v. 44, n. 80, p. 65-77, 2011.

WILLEMS, Emilio. Racial Attitudes in Brazil. **American Journal of Sociology**, v. 54, n. 5, p. 402-408.